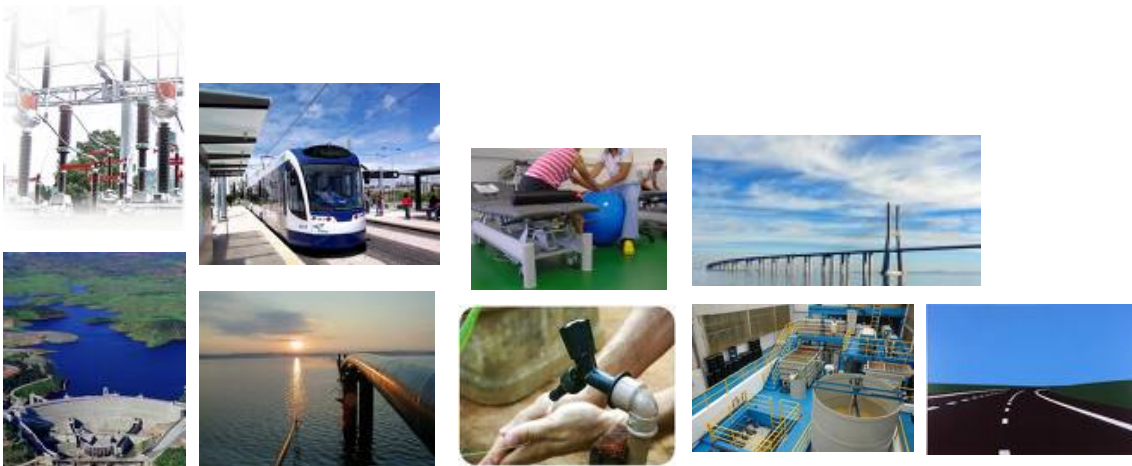


GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES

Boletim Informativo sobre Parcerias Público-Privadas

2.º Trimestre 2010



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2. O UNIVERSO DAS PPP	4
3. EVENTOS RELEVANTES	5
3.1. Concessões Ferroviárias	5
3.2. Concessões Rodoviárias	6
3.3. Concessões da Saúde	7
3.4. Concessões do Ambiente	8
3.5. CONCESSÃO AEROPORTUÁRIA	9
4.1. Encargos Líquidos Globais	10
4.2.1. Encargos com Concessões Rodoviárias	12
4.2.2. Encargos com Concessões Ferroviárias	14
4.2.3. Encargos com Concessões do Sector Saúde	15
4.2.4. Encargos com Concessões em Zonas Portuárias	16
4.2.5. Encargos com outras Concessões	17
5. NOTAS FINAIS	19
6. ANEXOS	20

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O número de contratos de parcerias público-privadas (PPP) e concessões acompanhados pela DGTF eleva-se actualmente a 115, dos quais 95 em exploração e 20 em construção.

No 2.º trimestre de 2010 merece destaque o início de acompanhamento de novas concessões nos sectores rodoviário (1), ferroviário (1) e na área do ambiente (4), sob responsabilidade das seguintes concessionárias:

- Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, SA
- ELOS Ligações de Alta Velocidade, S.A
- Águas do Noroeste, S.A¹
- Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A²
- Águas Públicas do Alentejo, S.A
- Águas da Região de Aveiro, S.A

O presente boletim sinaliza as principais ocorrências verificadas no 2.º trimestre de 2010 em matéria de projectos desenvolvidos na modalidade de PPP e concessões, bem como os fluxos financeiros registados naquele período entre o parceiro público e as concessionárias.

Lisboa, 15 de Agosto de 2010

¹ Resultado da fusão dos sistemas multimunicipais: Águas do Cavado, S.A., Águas do Minho e Lima, S.A., e Águas do Ave, S.A.

² Resultado da fusão dos sistemas multimunicipais: VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S.A., e RESIOESTE — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

2. O UNIVERSO DAS PPP

Gráfico 2.1. Repartição por sector do Investimento acumulado das PPP

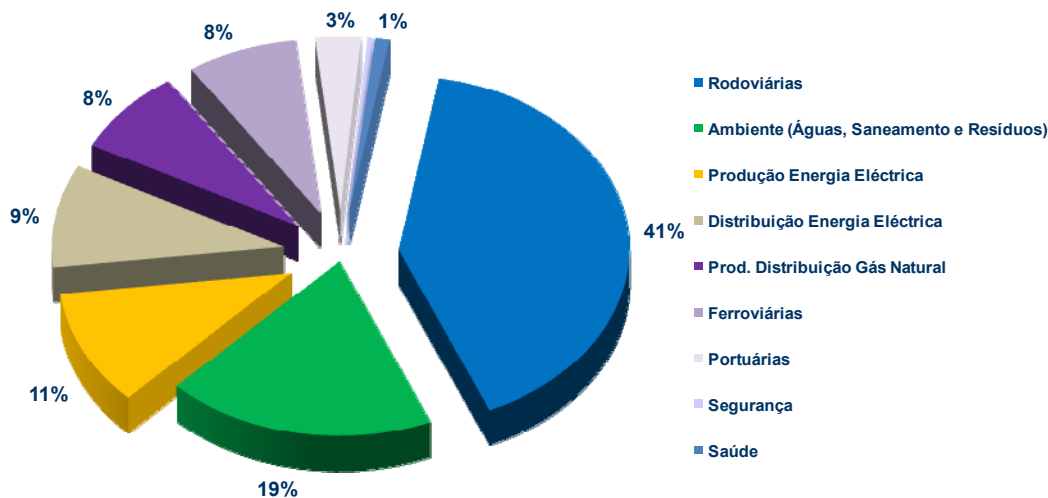
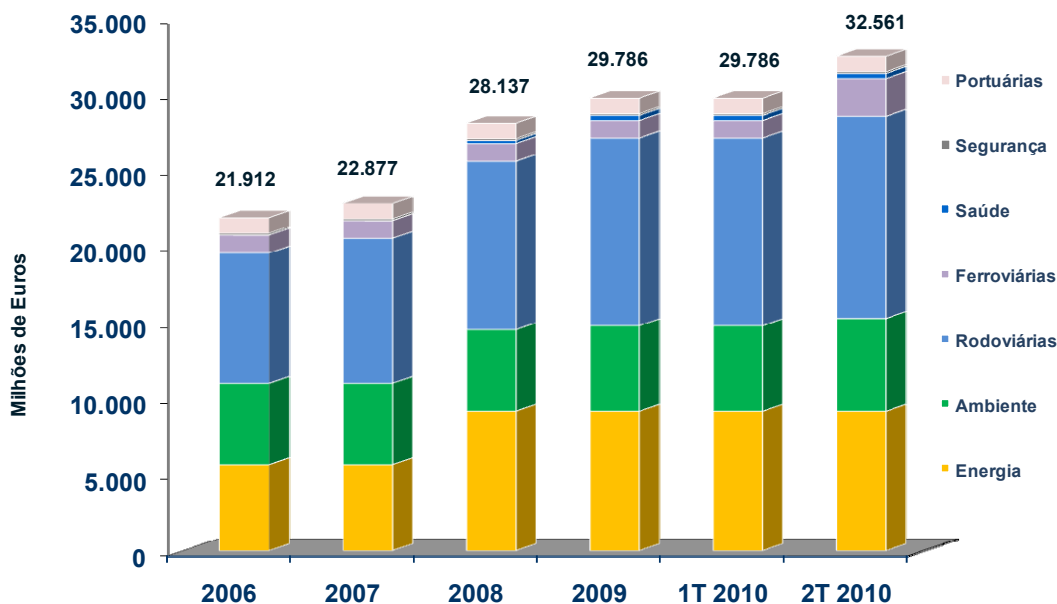


Gráfico 2.2. Evolução do Investimento acumulado das PPP



Observações aos gráficos 2.1 e 2.2:

1. Os valores considerados são os constantes dos respectivos casos base (quando aplicável) ou correspondem a estimativas globais de investimentos em infra-estruturas e equipamentos instalados (valores a preços correntes sem IVA), de acordo com a informação disponibilizada pelas entidades gestoras, e incluem projectos contratados até ao final do 2.º trimestre de 2010.

2. O Sector Energia inclui as actividades relacionadas com o gás natural, electricidade e hidroeléctricas (valores baseados no activo líquido 2008).

3. O Acréscimo de investimento em construção assinalado no 2º Trimestre (+ 2.775 M€) deriva dos seguintes projectos: PPP1 - Troço Poceirão - Caia do Eixo Lisboa - Madrid (1.339 M€); Pinhal Interior (958 M€); Águas do Noroeste (151 M€)³; Águas Públicas do Alentejo (224 M€) e Águas da Região de Aveiro (103 M€).

³ O valor total do Investimento da Sociedade Águas do Noroeste, S.A., corresponde a 800 M€; todavia, já se encontravam investidos e registados nos períodos anteriores 649 M€, referentes às sociedades Águas do Cávado, S.A., Águas do Minho e Lima, S.A., e Águas do Ave, S.A., que, entretanto, foram fundidas numa nova sociedade.

3. EVENTOS RELEVANTES

3.1. Concessões Ferroviárias

Data	Evento
14-04-10	<p><u>Concessão PPP1 (Troço Poceirão - Caia do Eixo Lisboa - Madrid)</u></p> <p>Foi publicado o Decreto-Lei n.º 33-A/2010, de 14 de Abril que define as bases da concessão do troço de alta velocidade ferroviária Poceirão-Caia, do eixo prioritário da ligação Lisboa-Madrid. Esta primeira PPP da rede de alta velocidade portuguesa compreende a concepção, o projecto, a construção, o financiamento, a manutenção e a disponibilização, abrangendo a nova Estação Ferroviária de Évora e as infra-estruturas ferroviárias da linha convencional entre Évora e Caia, do corredor Sines - Caia.</p>
28-04-2010	<p>Foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2010, que aprova a minuta do contrato de concessão do projecto de construção, de financiamento, de manutenção e de disponibilização, por todo o período da concessão, da Concessão RAV Poceirão-Caia, da ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. Esta PPP tem previsto um período da concessão de 40 anos.</p>
08-05-10	<p>Foi assinado o contrato de concessão entre o Estado e a sociedade ELOS – Ligações de Alta Velocidade, S.A., relativo ao Troço Poceirão-Caia (PPP1), parte da ligação ferroviária de Alta Velocidade (AV) entre Lisboa e Madrid. O investimento da Concessionária será de 1.339 milhões de euros durante a fase de construção (incluindo projecto, expropriações e equipamentos). O montante de fundos comunitários já assegurado para o Troço Poceirão-Caia é de 668 milhões de euros, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• 197 Milhões de euros da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T);• 471 Milhões de euros do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) – Programa Temático Operacional de Valorização do Território (Fundo de Coesão), para o período 2007/2013.

Fonte: www.rave.pt

3.2. Concessões Rodoviárias

Data	Evento
28-04-2010	Procedeu-se à assinatura do contrato de Subconcessão da auto-estrada do Pinhal Interior, entre a Estradas de Portugal, S.A., e a Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.
05-05-2010	Foi publicado o Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de Maio, que introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro ⁴ , atribuindo à Estradas de Portugal, S.A., o desenvolvimento da actividade de cobrança de taxas de portagem na rede concessionada, quando essa actividade lhe seja expressamente atribuída nas bases de concessões integradas naquela rede e nos correspondentes contratos de concessão.
05-05-2010	Foram publicados os diplomas que alteram as bases das concessões Norte Litoral, Costa de Prata, Beira Litoral e Beira Alta, Norte, Grande Lisboa e Grande Porto ⁵ , visando a introdução de portagens decorrentes da implementação do novo modelo de gestão e de financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias.
04-06-2010	Foram publicadas as Resoluções do Conselho de Ministros que aprovam as alterações aos contratos da Estradas de Portugal, S.A., e restantes concessões supra indicadas ⁶ , na sequência das alterações introduzidas nos diplomas que promulgam as bases das concessões.
09-06-2010	A Subconcessão Baixo Tejo obteve o Visto do Tribunal de Contas .
14-06-2010	Foi publicado o Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho, que identifica os lanços e sublanços de auto-estradas sujeitos ao regime de portagens aos utilizadores, bem como a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas nas concessões Costa da Prata, Grande Porto e Norte Litoral.
14-06-2010	Foram publicadas: a) a Portaria n.º 314-A/2010, de 14 de Junho, que estabelece os termos e as condições a que obedece o tratamento das bases de dados obtidas mediante a identificação ou a detecção electrónica de veículos através do dispositivo electrónico de matrícula; b) a Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de Junho, que define o modo de utilização do dispositivo electrónico de matrícula para efeitos de cobrança electrónica de portagens.

Fonte: Estradas de Portugal, S.A., e Diário da República Electrónico.

⁴ Bases da Concessão Estradas de Portugal.

⁵ Respectivamente, Decretos-Lei n.ºs 44-B/2010, 44-C/2010, 44-D/2010, 44-E/2010, 44-F/2010 e 44-G/2010, todos de 5 de Maio.

⁶ Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 39-A/2010, 39-B/2010, 39-C/2010, 39-D/2010, 39-E/2010, 39-F/2010 e 39-G/2010, todas de 4 de Junho.

3.3. Concessões da Saúde

Data	Evento
15-06-2010	<u>Hospital de Loures</u> Foi concedido o Visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Gestão assinado, em 31 de Dezembro de 2009, entre o Estado e as sociedades SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A, e HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

O procedimento pré-contratual relativo ao Hospital de Vila Franca de Xira (projecto da 1ª vaga) encontra-se em fase final de negociação com o agrupamento seleccionado Escala Vila Franca de Xira, liderado pelo Grupo José de Mello Saúde.

Relativamente aos projectos da 2.ª vaga (Gestão do Edifício) informa-se o seguinte:

- Hospital de Lisboa Oriental – Está a decorrer a fase de negociação competitiva entre o Agrupamento Salveo Novos Hospitais, liderado pela Soares da Costa, e o Agrupamento Atos, liderado pela Somague;
- Hospital Central do Algarve - Este concurso encontra-se na fase de avaliação de propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes: Agrupamento Algarve Saúde (liderado pela empresa Ferrovia) e Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.

3.4. Concessões do Ambiente

Data	Evento
29-04-2010	Foi publicado o Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de Abril, que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste. A nova sociedade Águas do Noroeste, S. A. , concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, resulta da fusão das sociedades Águas do Cávado, S. A., Águas do Minho e Lima, S. A., e Águas do Ave, S.A.. A nova sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos tem um capital social de 70 milhões euros, realizado em 56,66% pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A., e, na parte remanescente, pelos respectivos municípios.
15-06-2010	Foi publicado o Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de Junho, que criou o sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e constituiu a sociedade VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., por fusão das sociedades VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S.A., e RESIOESTE — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. O Grupo AdP detém a maioria do capital de 25,2 milhões de euros, com 56,17%, sendo a parte remanescente do capital social detida pelos municípios abrangidos. Para valorizar 20% dos resíduos sólidos urbanos gerados em Portugal, a Valorsul conta com 2 centros de triagem, 8 ecocentros, 1 central de valorização energética, 1 instalação de tratamento e valorização de escórias, 1 estação de tratamento e valorização orgânica, 2 aterros sanitários, 6 estações de transferência e a utilização de 50% da central de valorização orgânica da Valorlis.

Fonte: AdP – Águas de Portugal

Estas fusões estão em linha com as orientações do PERSU II, que recomenda a fusão de sistemas para gerar economias de escala, bem como a agregação de municípios que se situem geograficamente na sua continuidade territorial, visando, nomeadamente, ganhos de eficiência, reforço da capacidade tecnológica e da sustentabilidade, e permitindo a optimização da gestão de resíduos com salvaguarda de custos socialmente aceitáveis para todos os utentes.

No período em análise foram, igualmente, incluídas duas novas empresas do grupo AdP: Águas da Região de Aveiro, S.A., e Águas Públicas do Alentejo, S.A., com investimentos de 103,0 e 224,5 milhões de euros, respectivamente. O prazo de concessão estabelecido nos novos contratos é de 50 anos.

3.5. Concessão Aeroportuária

Data	Evento
14-04-2010	Foi publicado o Decreto-Lei n.º 33/2010, de 14 de Abril , que estabelece as bases da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil atribuída à ANA Aeroportos de Portugal, S.A., compreendendo o estabelecimento, o desenvolvimento, a gestão e a manutenção das infra-estruturas aeroportuárias dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada, Santa Maria, Horta e Flores, bem como do Terminal Civil de Beja e do Novo Aeroporto de Lisboa. A concessão terá um prazo de 40 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.
06-05-2010	Foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2010 , que aprova a minuta do contrato de concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, a celebrar entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S. A., que tem por objecto o estabelecimento, o desenvolvimento, a gestão e a manutenção das infra-estruturas aeroportuárias dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada, Santa Maria, Horta, Flores e do Terminal Civil de Beja. A ANA, S. A., fica responsável pela promoção das actividades de concepção, de projecto, de construção, de financiamento, de exploração, de gestão e de manutenção do Novo Aeroporto de Lisboa, assegurando a sua entrada em funcionamento até 31 de Dezembro de 2017.

Fonte: Diário da República Electrónico

4. FLUXOS FINANCEIROS

4.1. Encargos Líquidos Globais

Quadro 4.1.1. Comparação com período homólogo

Parcerias	2T 2009			2T 2010			% Δ 2 T 10/09
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Rodoviárias	210,8	0,0	210,8	207,6	5,6	213,3	1,2%
Ferrovias	5,6	11,3	16,9	5,0	0,0	5,0	-70,7%
Saúde	15,4	0,0	15,4	39,7	0,0	39,7	158,1%
Portuárias	-15,3	0,0	-15,3	-14,7	0,0	-14,7	-4,1%
Segurança	9,1	0,0	9,1	14,1	0,0	14,1	54,8%
TOTAL PPP	225,6	11,3	236,9	251,7	5,6	257,3	8,6%

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos
Valores com IVA

Uni: 10⁶ €

Os fluxos financeiros realizados até ao final do 2.º trimestre de 2010 ascenderam a 534,6 milhões de euros, incluindo acertos e reequilíbrios.

Em termos globais, os encargos no 2.º trimestre de 2010 ficaram 8,6% acima dos valores registados em igual período de 2009, em grande parte devido aos gastos com o sector da saúde. Os encargos com as parcerias da saúde apresentam o maior aumento (158,1%) face ao período homólogo, devido à execução de novos contratos de gestão de estabelecimentos e edifícios Hospitalares.

Quadro 4.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Parcerias	PREVISTO 2010			2T 2010 ACUMULADO			% EXECUÇÃO
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Rodoviárias	610,1	89,2	699,3	433,4	19,7	453,0	64,8%
Ferrovias	26,9	0,0	26,9	8,4	0,0	8,4	31,1%
Saúde	180,6	0,0	180,6	75,6	0,0	75,6	41,9%
Portuárias	-62,2	0,0	-62,2	-29,1	0,0	-29,1	46,8%
Segurança	44,3	0,0	44,3	26,8	0,0	26,8	60,4%
TOTAL PPP	799,6	89,2	888,8	515,0	19,7	534,6	60,1%

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos
Valores com IVA

Uni: 10⁶ €

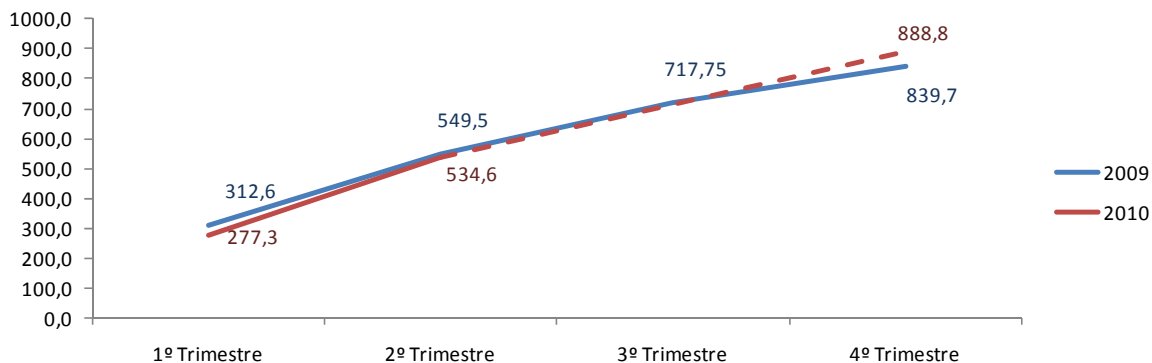
Obs.: Os valores previstos incorporam a revisão decorrente da dedução dos encargos líquidos da PP1/RAVE e Auto-estradas do Centro (AE Centro).

Note-se que, apesar de o montante executado atingir já 60% do previsto, não se poderá concluir que se excederá as previsões, dado que a programação dos pagamentos não é linear⁷.

No sector portuário apenas está previsto o pagamento de rendas por parte das concessionárias aos respectivos concedentes (Administrações Portuárias).

⁷ Por exemplo, no sector rodoviário 2/3 dos pagamentos são efectuados no 1.º semestre do ano.

Gráfico 4.1.1. Evolução cumulativa dos encargos líquidos globais (M €)

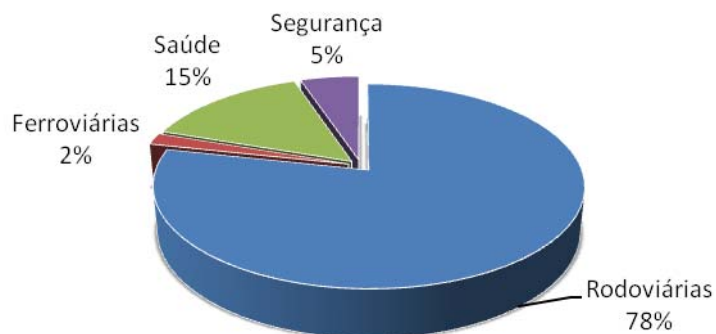


Δ absoluta (M€) -35,3 -14,9 49,1

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Obs: A linha a tracejado projecta a tendência para o final 2010 (valor estimado para o 4ºTrimestre)

Gráfico 4.1.2. Repartição dos encargos do Concedente no 2º Trimestre 2010



No conjunto dos encargos líquidos pagos no 2.º trimestre (excluindo as concessões em zonas portuárias por não haver encargos por conta do concedente), regista-se o peso predominante das concessões rodoviárias (78%), cujos encargos são da responsabilidade da Estradas de Portugal, S.A. De salientar que este grupo obteve um acréscimo de 1,2% neste trimestre, face ao período homólogo.

4.2. Encargos por Sector

4.2.1. Encargos com Concessões Rodoviárias

Quadro 4.2.1.1. Comparação com período homólogo

Concessões	2T 2009			2T 2010			% Δ 2 ^o T 10/09
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Scut do Algarve (IC4/IP1)	14,2	0,0	14,2	14,4	0,0	14,4	1,3%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	45,3	0,0	45,3	44,4	0,0	44,4	-1,9%
Scut Interior Norte (IP3)	35,6	0,0	35,6	31,9	0,0	31,9	-10,4%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	52,7	0,0	52,7	51,7	0,0	51,7	-1,8%
Lusoponte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a
Grande Lisboa	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	1,9	n.a
Autoestrada do Oeste (AEA)	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	3,8	n.a
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	23,7	0,0	23,7	25,3	0,0	25,3	6,6%
Scut Grande Porto (IP4/IV24)	25,0	0,0	25,0	25,5	0,0	25,5	1,9%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	14,2	0,0	14,2	14,4	0,0	14,4	1,0%
Total	210,8	0,0	210,8	207,6	5,6	213,3	1,2%

Fonte: Estradas de Portugal SA
Os Valores incluem IVA

Uni: 10⁶ €

Os fluxos ocorridos no trimestre relativos a concessões rodoviárias atingiram 213,3 milhões de euros, reflectindo um desvio pouco significativo face ao mesmo período em 2009 (+1,2%).

O desvio positivo mais significativo face ao período homólogo verifica-se na Scut da Costa de Prata (+6,6%), em grande medida devido ao aumento de tráfego e aos ajustamentos das tarifas. No caso oposto, destaca-se a variação verificada na Scut Interior Norte, que não obstante um aumento de cerca de 5 % no tráfego, o valor da tarifa real sofreu um decréscimo de 14,3%, face ao valor inicialmente projectado.

Quadro 4.2.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			REAL 2T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Scut do Algarve (IC4/IP1)	44,9	0,0	44,9	29,1	0,0	29,1	64,9%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	137,3	0,0	137,3	87,2	0,0	87,2	63,5%
Scut Interior Norte (IP3)	104,7	0,0	104,7	72,5	0,0	72,5	69,2%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	164,2	0,0	164,2	104,4	0,0	104,4	63,6%
Lusoponte	0,0	20,8	20,8	0,0	9,3	9,3	44,6%
Grande Lisboa	2,5	4,4	7,0	0,0	3,4	3,4	48,0%
Autoestrada do Oeste (AEA)	0,0	26,6	26,6	0,0	7,0	7,0	26,4%
<u>Vias com Futuras portagens</u>							
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	51,3	0,0	51,3	55,0	0,0	55,0	107,1%
Scut Grande Porto (IP4/IC24)	70,9	0,0	70,9	55,5	0,0	55,5	78,2%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	33,6	0,0	33,6	29,7	0,0	29,7	88,4%
<u>Outras Vias (*)</u>	0,6	37,3	37,9	0,0	0,0	0,0	n.a.
Total	610,1	89,2	699,3	433,4	19,7	453,0	64,8%

Fonte: Estradas de Portugal SA

uni: 10⁶ €

Os Valores incluem IVA

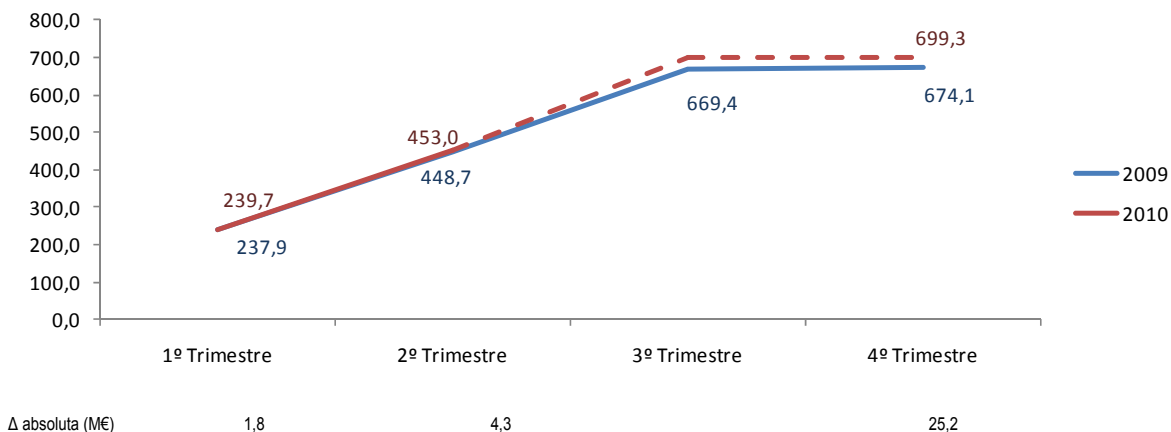
Obs.: (*) Os valores relativos a "Outras vias" incluem, essencialmente, receitas decorrentes de taxas de gestão de contratos devidas aos concessionários.

No decorrer do ano verificam-se três períodos de pagamento pela Estradas de Portugal, S.A., às concessões rodoviárias, dois dos quais durante o 1.º semestre do ano. Assim sendo, os valores totais dos encargos líquidos ocorridos até ao final do 2.º trimestre de 2010, referentes a 64,8% do valor anual previsto, estão em linha com as previsões efectuadas.

No que concerne aos valores que respeitam a reequilíbrios, os mesmos dizem respeito, na sua generalidade, a montantes já previstos nos contratos de concessão, devendo ser assinalado o seguinte:

- Lusoponte – montante resultante do acordo global de 2001, em contrapartida pelo não aumento das portagens na Ponte 25 de Abril;
- Auto-estrada do Oeste – montante correspondente ao pagamento das obras de alargamento do lanço da A8 entre a CRIL e Loures de acordo com o previsto no contrato de concessão;
- Grande Lisboa – montante resultante de trabalhos não previstos no Contrato de Concessão, por se referirem a vias já construídas, e actualmente em exploração pela concessionária da Grande Lisboa.

Gráfico 4.2.1. Evolução cumulativa dos encargos líquidos PPP Rodoviárias (M €)



Fonte: Estradas de Portugal

Obs.: A linha a tracejado projecta a tendência para o final 2010 (valor estimado para o 4º Trimestre)

4.2.2. Encargos com Concessões Ferroviárias

Quadro 4.2.2.1. Comparação com período homólogo

Concessões	2T 2009			2T 2010			% Δ 2º T 10/09
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul	5,6	0,0	5,6	5,0	0,0	5,0	-12,0%
MST-Metro Sul do Tejo	0,0	11,3	11,3	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Total	5,6	11,3	16,9	5,0	0,0	5,0	-70,7%

Fonte: IMTT e Gabinete do Metro Sul do Tejo
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

No trimestre em análise, registou-se face ao período homólogo um decréscimo acentuado (-70,7%) dos encargos líquidos pagos no sector ferroviário, uma vez que não se verificou qualquer reequilíbrio financeiro na concessão Metro Sul do Tejo. Deste modo, a Concessionária do Eixo Ferroviário Norte-sul (Fertagus) registou o único fluxo financeiro do sector, com verba inferior à assinalada no período homólogo.

Quadro 4.2.2.2 Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			2T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul (a)	9,7	0,0	9,7	3,1	0,0	3,1	32,4%
MST-Metro Sul do Tejo	17,2	0,0	17,2	5,3	0,0	5,3	30,9%
Total	26,9	0,0	26,9	8,5	0,0	8,5	31,5%

(a) No 1º trimestre de 2010 verificou-se um pagamento a favor do concedente, no montante de 1,9 milhões de euros, em resultado do excesso de receita de tráfego ter ultrapassado o intervalo superior da Base Tarifária Média. Este facto conduziu a que os encargos acumulados até ao final do 2.º trimestre de 2010 (3,1 milhões de euros) sejam inferiores aos encargos verificados no 2º trimestre (5 milhões de euros).

Fonte: Relatório OE 2010, IMTT e Gabinete do Metro Sul do Tejo
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

Em termos acumulados, a despesa executada até ao final do 1.º semestre corresponde a 31,1% do valor previsto para 2010. Salientamos o facto de a parcela de encargos inicialmente prevista no relatório do Orçamento do Estado de 2010 com a nova concessão AVF – Poceirão Caia não ter sido considerada, no respectivo contrato, formalizado em Maio de 2010, prevendo-se apenas pagamentos do concedente a partir de 2011.

4.2.3. Encargos com Concessões do Sector Saúde

Quadro 4.2.3.1. Comparação com período homólogo

Concessões	2T 2009			2T 2010			% Δ 2º Trimestre 10/09
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
CMFRS - São Brás de Alportel	1,3	0,0	1,3	1,6	0,0	1,6	22,3%
Centro Atendimento do SNS	3,1	0,0	3,1	2,7	0,0	2,7	-12,5%
Hospital de Cascais	11,0	0,0	11,0	14,3	0,0	14,3	30,3%
Hospital de Braga	n.a	n.a	n.a	21,1	0,0	21,1	n.a
Hospital de Vila Franca de Xira	n.a	n.a	n.a	0,0	0,0	0,0	n.a
Total	15,4	0,0	15,4	39,7	0,0	39,7	158,1%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

Obs.: O Hospital de Vila Franca de Xira ainda se encontra sem contrato celebrado.

O sector da saúde regista o maior crescimento dos encargos a suportar pelo concedente (+158,1%), devido às novas parcerias Hospitalares, em particular devido à gestão do estabelecimento do Hospital de Braga, com encargos de 21,1 milhões de euros.

Neste período registou-se um decréscimo de 12,5% dos encargos pagos ao Centro de Atendimento SNS (Saúde 24) face ao período homólogo, devido, essencialmente, ao decréscimo do número de utentes atendidos.

O Hospital de Cascais apresenta um acréscimo de 30,3% de fluxos financeiros face ao período homólogo (na fase de arranque).

Quadro 4.2.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			2T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
CMFRS - São Brás de Alportel	6,9	0,0	6,9	3,0	0,0	3,0	42,8%
Centro Atendimento do SNS	19,8	0,0	19,8	5,9	0,0	5,9	29,7%
Hospital de Cascais	44,3	0,0	44,3	24,6	0,0	24,6	55,5%
Hospital de Braga	93,3	0,0	93,3	42,1	0,0	42,1	45,1%
Hospital de Vila Franca de Xira	16,2	0,0	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	180,6	0,0	180,6	75,6	0,0	75,6	41,9%

Fonte: Relatório OE 2010 e Estrutura de Missão Parcerias da Saúde
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

O nível de execução global atinge 41,9% do valor orçamentado para o ano de 2010. Os valores mais significativos estão previstos para os novos Hospitais de Braga e Cascais que, em conjunto, absorvem 76% dos encargos com as parcerias da saúde previstos no relatório do Orçamento do Estado de 2010. Relativamente ao Hospital de Vila de Franca de Xira, ainda não foi formalizado o respectivo contrato.

4.2.4. Encargos com Concessões em Zonas Portuárias

Quadro 4.2.4.1. Comparação com período homólogo

Sector Portuário	2T 2009			2T 2010			% Δ 2º Trimestre 10/09	
	Corrente	Reequilíbrios	Total	Corrente	Reequilíbrios	Total		
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	-3,59	0,00	-3,59	-3,67	0,00	-3,67	2%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	-0,81	0,00	-0,81	-0,92	0,00	-0,92	14%
	Silos de Leixões	-0,06	0,00	-0,06	-0,04	0,00	-0,04	-33%
	Terminal Produtos Petrolíferos	-2,12	0,00	-2,12	-1,79	0,00	-1,79	-16%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,02	0,00	-0,02	-0,02	0,00	-0,02	0%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,17	0,00	-0,17	-0,17	0,00	-0,17	0%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	-0,03	0,00	-0,03	0,00	0,00	0,00	-100%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
	Exploração Turística-Hoteleira	-0,12	0,00	-0,12	-0,12	0,00	-0,12	0%
Exploração Restaurante e Bar	-0,03	0,00	-0,03	-0,03	0,00	-0,03	0%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	-0,08	0,00	-0,08	-0,09	0,00	-0,09	16%
	Serviço de Reboque Aveiro	-0,01	0,00	-0,01	-0,03	0,00	-0,03	210%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	-0,60	0,00	-0,60	-0,73	0,00	-0,73	22%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-1,71	0,00	-1,71	-1,17	0,00	-1,17	-32%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	-0,34	0,00	-0,34	-0,18	0,00	-0,18	-47%
	Terminal Multiusos do Beato	-0,22	0,00	-0,22	-0,21	0,00	-0,21	-5%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,15	0,00	-0,15	-0,19	0,00	-0,19	27%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,15	0,00	-0,15	-0,19	0,00	-0,19	27%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,19	0,00	-0,19	-0,22	0,00	-0,22	16%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,21	0,00	-0,21	-0,14	0,00	-0,14	-33%
	Terminal do Barreiro	-0,03	0,00	-0,03	-0,02	0,00	-0,02	-33%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,07	0,00	-0,07	-0,09	0,00	-0,09	29%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-0,05	0,00	-0,05	-0,01	0,00	-0,01	n.a	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	-0,40	0,00	-0,40	-0,48	0,00	-0,48	20%
	Terminal Multiusos Zona 2	-0,77	0,00	-0,77	-0,78	0,00	-0,78	1%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,08	0,00	-0,08	-0,09	0,00	-0,09	15%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,03	0,00	-0,03	-0,03	0,00	-0,03	3%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,00	-0,08	0,00	-0,08	n.a
	Terminal Multipurpose de Sines	-1,06	0,00	-1,06	-0,96	0,00	-0,96	-9%
	Terminal de Petroléiro e Petroquímico	-0,10	0,00	-0,10	-0,10	0,00	-0,10	0%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,17	0,00	-0,17	-0,18	0,00	-0,18	6%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-1,93	0,00	-1,93	-1,93	0,00	-1,93	0%
Total	-15,30	0,00	-15,30	-14,67	0,00	-14,67	-4,1%	

Fonte: Administrações Portuárias

Uni: 10⁶ €

Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

No período em análise, o universo das concessões em zonas portuárias gerou 14,67 milhões de euros de rendas. Face ao período homólogo representa um decréscimo de 4,1%.

Quadro 4.2.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Sector Portuário	PREVISTO 2010			ACUMULADO 2T 2010			% EXECUÇÃO	
	Corrente	Reequilíbrios	Total	Corrente	Reequilíbrios	Total		
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	-13,14	0,00	-13,14	-7,05	0,00	-7,05	54%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	-2,89	0,00	-2,89	-1,54	0,00	-1,54	53%
	Silos de Leixões	-0,19	0,00	-0,19	-0,09	0,00	-0,09	45%
	Terminal Produtos Petrolíferos	-6,89	0,00	-6,89	-3,49	0,00	-3,49	51%
	Terminal de Granéis Líquidos Alimentares	-0,09	0,00	-0,09	-0,04	0,00	-0,04	48%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,70	0,00	-0,70	-0,34	0,00	-0,34	49%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	-0,13	0,00	-0,13	-0,03	0,00	-0,03	22%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	-0,03	0,00	-0,03	0,00	0,00	0,00	0%
	Exploração Turística-Hoteleira	-0,48	0,00	-0,48	-0,24	0,00	-0,24	50%
Exploração Restaurante e Bar	-0,11	0,00	-0,11	-0,06	0,00	-0,06	53%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	-0,21	0,00	-0,21	-0,18	0,00	-0,18	84%
	Serviço de Reboque Aveiro	-0,08	0,00	-0,08	-0,04	0,00	-0,04	49%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	-7,03	0,00	-7,03	-1,35	0,00	-1,35	19%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-6,99	0,00	-6,99	-2,71	0,00	-2,71	39%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	-1,01	0,00	-1,01	-0,49	0,00	-0,49	49%
	Terminal Multiusos do Beato	-0,86	0,00	-0,86	-0,48	0,00	-0,48	56%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,74	0,00	-0,74	-0,42	0,00	-0,42	57%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,69	0,00	-0,69	-0,42	0,00	-0,42	61%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,71	0,00	-0,71	-0,46	0,00	-0,46	64%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,57	0,00	-0,57	-0,34	0,00	-0,34	60%
	Terminal do Barreiro	-0,10	0,00	-0,10	-0,04	0,00	-0,04	43%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,25	0,00	-0,25	-0,15	0,00	-0,15	59%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-0,03	0,00	-0,03	-0,03	0,00	-0,03	76%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	-1,60	0,00	-1,60	-0,93	0,00	-0,93	58%
	Terminal Multiusos Zona 2	-3,08	0,00	-3,08	-1,52	0,00	-1,52	49%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,31	0,00	-0,31	-0,19	0,00	-0,19	59%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,11	0,00	-0,11	-0,06	0,00	-0,06	53%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	-0,23	0,00	-0,23	-0,08	0,00	-0,08	34%
	Terminal Multipurpose de Sines	-4,20	0,00	-4,20	-1,97	0,00	-1,97	47%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	-0,38	0,00	-0,38	-0,20	0,00	-0,20	52%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,70	0,00	-0,70	-0,34	0,00	-0,34	49%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-7,71	0,00	-7,71	-3,86	0,00	-3,86	50%	
Total	-62,21	0,00	-62,21	-29,13	0,00	-29,13	47%	

Fonte: Administrações Portuárias

Unidade: 10⁶ €

Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

Os encargos líquidos negativos representam uma receita para o Concedente portuário e atingiram, no 2.º trimestre de 2010, um valor acumulado de 29,13 milhões de euros, correspondente a 47% do valor orçamentado para o ano.

4.2.5. Encargos com outras Concessões

Quadro 4.2.5.1. Comparação com período homólogo

Concessão	2T 2009			2T 2010			% Δ 2º T 10/09
	Correntes	Reequilíbrios	Total	Correntes	Reequilíbrios	Total	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	9,1	0,0	9,1	14,0	0,0	14,0	53,5%
Total	9,1	0,0	9,1	14,0	0,0	14,0	53,5%

Fonte: MAI/DGIE

Unidade: 10⁶ €

Valores incluem IVA.

No período em análise registou-se um crescimento acentuado dos pagamentos do concedente face ao período homólogo (+53,5%), justificado pelo facto de, no 2.º trimestre, terem ocorrido 4 pagamentos, ao invés dos habituais 3, que ficou a dever-se a um atraso verificado nos trimestres anteriores.

O grau de realização financeira anual, no final do 2.º trimestre, corresponde a 60,1%. Importa referir que 5% desta realização é justificada pelo desfasamento do período de facturação e liquidação, comparativamente ao verificado em igual período no ano anterior.

Em suma, o grau de execução registaria 53,5% sem estes dois factores.

Quadro 4.2.5.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2010			2T 2010 ACUM.			% EXECUÇÃO
	Corrente	Reequilíbrios	Total	Corrente	Reequilíbrios	Total	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	44,3	0,0	44,3	26,6	0,0	26,6	60,1%
Total	44,3	0,0	44,3	26,6	0,0	26,6	60,1%

Fonte: Relatório OE 2010 e MAI/DGIE
Valores incluem IVA.

Uni: 10⁶ €

5. NOTAS FINAIS

Entre os factos mais relevantes ocorridos já no 3.º Trimestre de 2010 até à data de elaboração do presente Boletim Informativo, destacam-se:

- **01 de Julho** – Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2010, que aprovou a minuta de contrato de concessão da exploração, em regime de serviço público, da zona piloto identificada no Decreto-Lei n.º 5/2008, de 8 de Janeiro, e autoriza a utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público, para a produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar;
- **15 de Julho** – O Tribunal de Contas atribuiu o Visto prévio aos contratos das subconcessões rodoviárias Algarve Litoral e Baixo Alentejo, das sociedades Rotas do Algarve Litoral, S.A., e SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., respectivamente;
- **16 de Julho** - O Tribunal de Contas atribuiu o Visto prévio ao contrato da subconcessão rodoviária Transmontana atribuída à sociedade Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA.

6. ANEXOS

Quadro 6.1. Concessões Transportes

6.1.1. Sector Rodoviário em Exploração

Investimento (preços correntes, sem IVA)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Concessão Lusoponte	Lusoponte – Conc. para a Travessia do Tejo em Lisboa, SA	1995	30	867,0
Concessão Norte	Ascendi Norte – Auto Estradas do Norte, SA	1999	30	879,2
Concessão Oeste	Auto-Estradas do Atlântico, SA	1999	30	453,5
Concessão Brisa	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2008	27	2.623,8
Concessão Litoral Centro	Brisal – Auto-estradas do Litoral, SA	2004	30	550,7
Concessão Scut da Beira Interior IP2/IP6	Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior, SA	1999	30	628,3
Concessão Scut da Costa de Prata IC1/IP5	Ascendi Costa de Prata – Auto Estradas da Costa de Prata, S	2000	30	320,7
Concessão Scut do Algarve IC4/IP1	Euroscut – Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, SA	2000	30	228,5
Concessão Scut Interior Norte IP3	Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, SA	2000	30	504,1
Concessão Scut das Beiras Litoral Alta IP5	Ascendi Beiras Litoral e Alta – Auto Est. das Beiras Litoral e Alta, SA	2001	30	718,4
Concessão Scut Norte Litoral IP9/IC1	Euroscut Norte – Soc. Concessionária da SCUT do Norte Litoral, SA	2001	30	318,6
Concessão Scut Grande Porto IP4/IC24	Ascendi Grande Porto – Auto Estradas do Grande Porto, SA	2002	30	492,5
Concessão Grande Lisboa	Ascendi Grande Lisboa – Auto Estradas da Grande Lisboa, SA	2007	30	180,0

Fonte: Estradas de Portugal SA Investimento em construção e expropriações

6.1.2. Sector Rodoviário em Construção

Investimento (preços correntes, sem IVA)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Sub-concessão Douro Litoral	AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, SA	2007	27	777,7
Sub-concessão AE Transmontana	Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA	2008	30	535,9
Sub-concessão Douro Interior	AENOR Douro – Estradas do Douro, SA	2008	30	641,7
Sub-concessão Tunel do Marão	Auto Estrada do Marão, SA	2008	30	348,2
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, SA	2009	30	381,9
Sub-concessão Baixo Tejo	VB T – Vias do Baixo Tejo, SA	2009	30	270,1
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste, SA	2009	30	443,6
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	165,1
Gestão Sist. Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.
Sub-concessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior – Auto Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	30	958,2

Fonte: Estradas de Portugal SA Investimento em construção e expropriações
n.a. - não aplicado

6.1.3. Sector Ferroviário em Exploração

Investimento (preços correntes, sem IVA)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€
Metro Sul Tejo (1)	MTS, SA	2001	30	268,7
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus, SA	1999	11	900,0

Fonte: IMTT e Gabinete do MTS
(1) Investimento em Infraestruturas suportada pelo Estado
(2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER

6.1.4. Sector Ferroviário em Construção

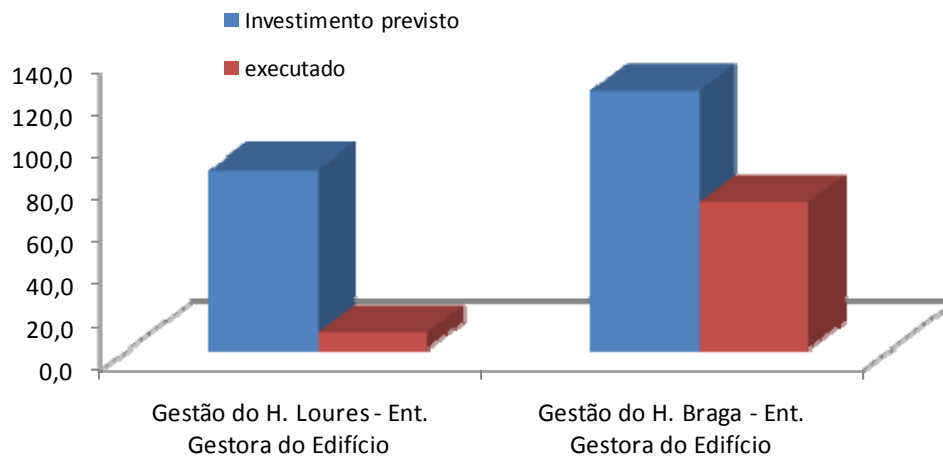
Investimento (preços correntes, sem IVA)					
Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€	
Troço Poceirão-Caia da rede de AVF	ELOS Ligações de Alta Velocidade, S.A	2010	40	1.339,0	
Fonte: Rave SA Investimento em construção e expropriações					

Quadro 6.2. Concessões do Sector da Saúde

Investimento (preços correntes, sem IVA)					
Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€	
Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,0	E
CMFRS - São Brás de Alportel	GP Saúde	2006	7	3,0	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	122,0	C
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	11,3	E
Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	16,0	E
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	56,0	E
Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	29,3	C
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	84,6	C
Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar					
Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde Obs: E - Exploração C - Construção					

Gráfico 6.1. Investimentos em curso das Parcerias da Saúde

(Novos edifícios hospitalares - Investimento previsto vs executado M €)



Quadro 6.3. Concessões do Sector Ambiental (Em exploração)

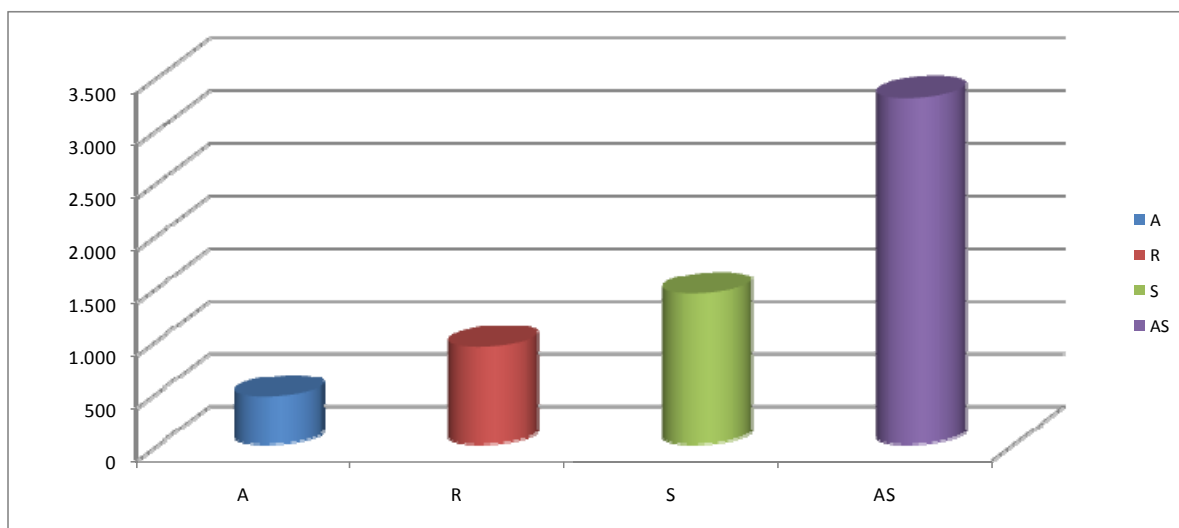
Investimento total (preços correntes, sem IVA)				
Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	75,8 AS
Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	452,7 A
Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	294,8 AS
Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	130,3 AS
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	418,4 AS
Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	457,3 AS
Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	177,0 AS
Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	232,0 AS
Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	93,8 AS
Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	286,0 AS
Águas do Noroeste	Águas do Noroeste, SA	2010	50	800,0 AS
Águas Públicas do Alentejo	Águas Públicas do Alentejo, SA	2010	50	224,5 AS
Águas da Região de Aveiro	Águas da Região de Aveiro, SA	2010	50	103,0 AS
Algar	Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	1996	25	60,7 R
Amarsul	Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	1997	25	70,1 R
Ersuc	Ersuc -Resíduos Sólidos do Centro, SA	1997	25	87,7 R
Resinorte	Resinorte - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2009	30	190,8 R
Resiestrela	Resiestrela - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2008	30	34,1 R
Resulima	Resulima Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	31,6 R
Suldouro	Suldouro Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	52,9 R
Valnor	Valnor Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2001	29	24,8 R
Valorlis	Valorlis Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	31,0 R
Valorminho	Valorminho Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	14,1 R
Valorsul	Valorsul -Val. Trat. Resid. Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	2010	25	328,5 R
Sanest	Sanest saneamento Costa Estoril, SA	1995	25	201,6 S
Simarsul	Simarsul sist. Integrado multimunicipal de Águas e Resíduos Setúbal, SA	2004	30	235,9 S
Simlis	Simlis Saneamento Integrado dos municípios do Lis, SA	2000	30	75,0 S
Simria	Simria Saneamento Integrado dos municípios da Ria de Ave, SA	2000	30	313,7 S
Simtejo	Simtejo Saneamento Integrado dos municípios do Tejo e Trancão, SA	2001	30	536,3 S
Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	2009	50	72,0 S

Fonte: Águas de Portugal, SA

A - Abastecimento S - Saneamento R - Resíduos

Nota: No 2.º trimestre de 2010, surgiram 4 novas sociedades: Águas do Noroeste, S.A; Valorsul -Val. Trat. Resid. Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A; Águas Públicas do Alentejo, S.A e Águas da Região de Aveiro, S.A. No total foram suprimidas 5 empresas: Águas do Cávado, S. A., Águas do Minho e Lima, S. A., Águas do Ave, S. A.. VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S. A., e RESIOESTE — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A devido ao processo de fusão de sistemas multimunicipais.

Gráfico 6.2. Investimentos das Concessões do Sector Ambiental (M €) caso base



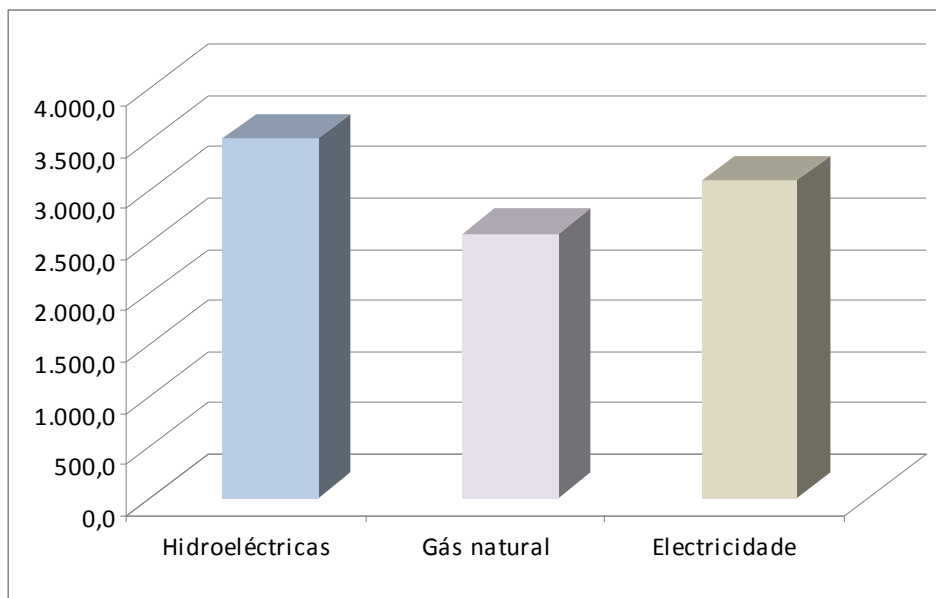
Obs: A – Abastecimento de Água; R - Resíduos; S – Saneamento; AS – Abastecimento e Saneamento

Quadro 6.4. Concessões do Sector Energético

Sector ENERGIA - HÍDRICO	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€	
Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	340,0	C
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1.700,0	C
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	510,0	C
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	257,0	C
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	360,0	C
Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	339,0	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido (2008) M€	
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	29,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisb	2008	40	578,0	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	289,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	159,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	307,4	E
Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	212,0	E
Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	114,9	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	69,2	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	66,5	E
Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	753,0	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido (2008) M€	
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1.291,7	E
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1.808,3	E

Fonte: ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Gráfico 6.3. Estimativas de Investimentos ou Activo fixo por subsectores (M €)



Quadro 6.5. Concessões Portuárias

Investimento total (preços correntes, sem IVA)					
	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	68,6
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	42,8
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	6,2
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E. D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	6,3
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	2,8
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	362,2
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	60,8
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	7,3
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	3,3
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	n.p.
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	11,9
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	13,7
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	1995	25	6,0
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	2003	25	3,7
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	336,5
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	103,6
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.

Fonte: Administrações Portuárias

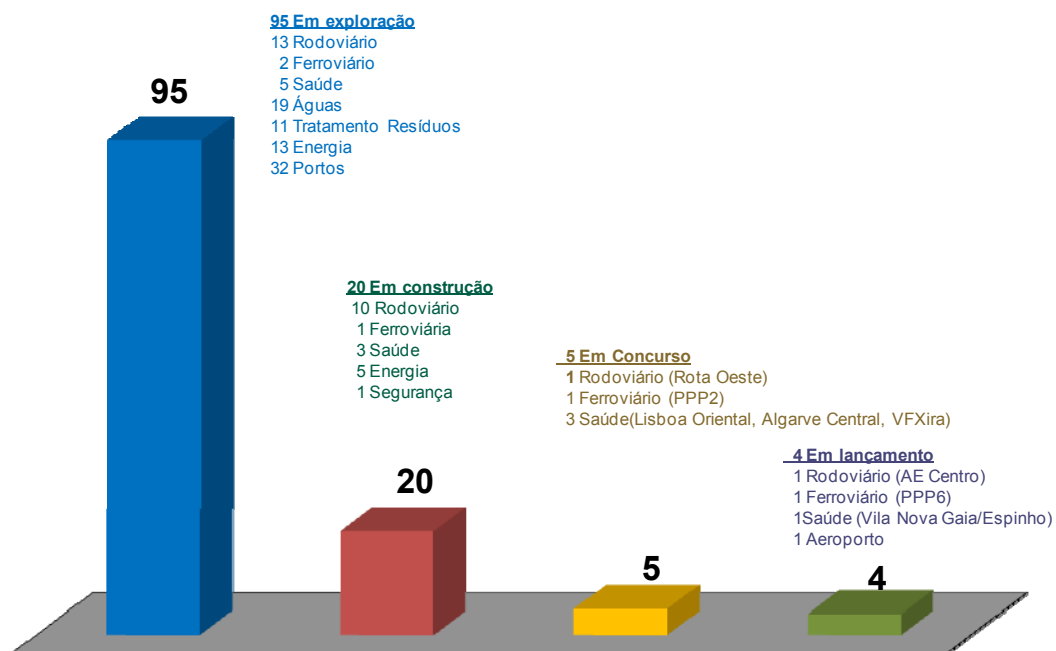
n.p. - não previsto; n.d. - não disponível

Quadro 6.6. Outras Concessões

Investimento (preços correntes, sem IVA)				
Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2002	20	112,0

Obs: Investimento em infraestruturas e equipamento inicial

Gráfico 6.4. Parcerias Público-Privadas acompanhadas pela DGTF



Nota: O gráfico reflecte a situação no final do 2.º trimestre de 2010.